



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

1 A sexta Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas -
2 CTAS ocorreu no dia doze de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove
3 horas e foi realizada de maneira totalmente online, via aplicativo Cisco Webex.
4 **Membros Presentes: Flávia Dias** – Presidência – SEMA/DRHS; **Maiquel**
5 **Lunkes** – Comitê Caí; **T. César Araújo** - Comitê Lago Guaíba e **S. Carlos**
6 **Alberto Pires** – Comitê Vacacaí; **T. Sergio Cardoso** – Comitê Gravataí; **T.**
7 **Adilson Steffen** – Comitê Turvo e **S. Alessandro Noal** - Comitê Santa
8 Maria; **Isabel Dresch** – SOP; **Luis Sérgio Feijó** – Secretaria da Saúde; **S.**
9 **Cacinele Rocha** – Comitê Tramandaí; **S. Eliane Rodrigues** – Comitê
10 Mampituba; **S. Rossana Goulart** – FEPAM; **Cap. André Avelino Rodrigues**
11 - Comando Ambiental/SSP. **Demais Presentes:** Carlos Silveira, Ingo
12 Schneider, Francisco Garcia, Leandro Reinehr – DIOUT/SEMA, Leonardo Torres
13 da Silva, Taison Bortolin e Daniel Oliveira de Brito – FEPAM; Alpha Teixeira,
14 Comitê Lago Guaiba; Nelson Della Valli – Sind. Trabalhadores Rurais de Santa
15 Rosa; Juliana Young – UNIPAMPA; Carmem Lucia Silveira da Silva e Gabriel
16 Frota – SE CRH/RS. A presidente Flávia Dias dá início à reunião saudando a
17 todos e entra na ordem do dia. **Item 1. Apreciação da ata da 36ª Reunião**
18 **Ordinária da CTAS:** A Presidente coloca que houve solicitações de ajustes na
19 ata. Carlos Silveira – DIOUT solicita que seja alterado no texto onde se diz
20 leitura por explicou a Nota Técnica. A Presidente coloca a ata em regime de
21 votação. **Aprovada por unanimidade com a alteração proposta. Item 2.**
22 **Apresentação FEPAM – Diretriz Técnica FEPAM 04/2021:** Leonardo
23 Torres apresenta brevemente a equipe que participou da construção da diretriz
24 e expõe que as motivações para a construção dessa diretriz técnica foram os
25 problemas encontrados nos monitoramentos de poços de águas subterrâneas.
26 Quanto à aplicabilidade, coloca que a proposta é reger os procedimentos
27 técnicos e administrativos para o monitoramento de águas subterrâneas. Cita
28 que é aplicável para monitoramento preventivo e para etapas de investigação
29 de empreendimentos licenciados. Expõe ainda que é aplicável apenas para
30 aquíferos granulares, portanto, os fraturados não estão contemplados. Faz
31 breve apresentação sobre as definições e as diretrizes gerais. Coloca que há o
32 capítulo sobre a caracterização hidrogeológica/projeto do poço de
33 monitoramento, sendo necessário justificar o perfil construtivo do poço, além
34 de um capítulo com relatório da construção do poço. Cita ainda que a diretriz
35 técnica coloca que, mesmo não sendo um poço para exploração de água, este
36 deve estar cadastrado no SIOUT. Expõe que ainda é exigido um relatório básico
37 de monitoramento da água subterrânea. Coloca que ainda há diretrizes para o
38 encerramento do monitoramento do poço, podendo culminar, por exemplo, no
39 tamponamento. Expõe que no encerramento, é colocado a obrigatoriedade de
40 uma manifestação da FEPAM, com breve relatório sobre o monitoramento e
41 homologando o encerramento. Sérgio Cardoso coloca que já há resoluções do
42 CRH que tratam de prazos para cadastramento no SIOUT. Portanto, há uma
43 necessidade de aproximar as informações entre poços de monitoramento e
44 poços com uma necessidade de monitoramento mais longos. Coloca que a ideia
45 é provocar no sentido de ter uma aproximação das resoluções do Conselho com



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA TÉCNICA DE AGUAS SUBTERRANEAS

46 esta diretriz técnica, assim como normas futuras que podem vir a ser
47 elaboradas. Carlos Silveira coloca que considerando a Resolução CRH nº
48 91/2011 e a norma do CREA nº 08/2007, há um rito para os poços de
49 monitoramento, sendo ele a autorização prévia no SIOUT de modo automático,
50 o cadastramento do poço e a solicitação de dispensa de outorga. Coloca que o
51 DRHS entende que este rito poderia estar explicitado na diretriz técnica. Alpha
52 Teixeira coloca que as atividades de monitoramento são caras e que o ideal é
53 que esse monitoramento ficasse a cargo do órgão ambiental. Cacinele Rocha
54 coloca que, conforme o cronograma apresentado, não há necessidade de
55 reportar cada ação para o órgão ambiental, havendo a possibilidade de envio
56 único das informações. Portanto, questiona se isso não gera situações onde lá
57 no início do processo há falhas técnicas, que só serão identificadas no envio
58 dessas informações. Leonardo coloca que sim, porém, há a questão da
59 responsabilização técnica. Expõe que foi adotada essa metodologia pelo fato de
60 poupar tempo para o empreendedor e para o órgão ambiental. Flávia Dias
61 coloca que o SIOUT gera um relatório para o CNARH com todas as informações
62 dos poços outorgados, incluindo as análises químicas. Após debates e
63 esclarecimentos, passou-se ao próximo item da pauta. **Item 3. Modernização**
64 **da Lei 10.350/1994 – Apresentação das sugestões dos membros da**
65 **CTAS:** Sérgio Cardoso coloca que entende que falta alguma redação legal que
66 faça a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e a
67 implantação da política pública. Cita que pode se observar o decreto com as
68 competências de cada órgão do Estado e fazer uma conexão com as atribuições
69 na gestão de recursos hídricos, com atenção também para as águas
70 subterrâneas. Alpha Teixeira coloca que a Lei 10.350 é muito vaga no que
71 tange ao assunto de águas subterrâneas, havendo apenas duas citações no seu
72 texto. Expõe que a Constituição do Estado trata mais detalhadamente desse
73 assunto, falando inclusive sobre as atribuições dos Comitês no que tange ao
74 tema. Portanto, coloca que o Comitê do Lago Guaíba irá fazer contribuições
75 neste sentido, reforçando a necessidade do tema de águas subterrâneas ser
76 também debatido nos Comitês de Bacia, que hoje só tratam de águas
77 superficiais. Flávia Dias coloca que este é um assunto interessante a ser
78 debatido, pois, as águas subterrâneas muitas vezes não respeitam as fronteiras
79 estaduais, nacionais ou até de bacias hidrográficas. Portanto, acredita que seja
80 necessário um debate sobre a possibilidade de criar um Comitê Gestor de
81 Águas Subterrâneas. Após debates e esclarecimentos, a Presidente Flávia Dias
82 coloca como proposta de encaminhamento que se estude uma possibilidade de
83 colocar as águas subterrâneas como bacia hidrográfica dentro da legislação,
84 com a possibilidade da criação de um comitê específico. Carlos Silveira coloca
85 que se pode elaborar um Ofício da CTAS, direcionado ao Diretor do DRHS, com
86 as sugestões da CTAS. Após breves esclarecimentos sobre os prazos e fluxos, a
87 Presidente passa ao próximo item da pauta. **Item 4. Assuntos Gerais:** A
88 Presidente relata sobre o seminário de águas subterrâneas, coloca que as
89 apresentações foram extremamente qualificadas e teve uma ampla
90 participação. Sérgio Cardoso reforça a importância deste seminário e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA TECNICA DE AGUAS SUBTERRANEAS

91 parabeniza os membros da CTAS que estiveram envolvidos para sua
92 elaboração. Expõe ainda que já se pode passar a pensar em um segundo
93 seminário, para que se avance neste tema. Juliana Young informa que, em
94 breve, serão disponibilizadas as gravações no youtube, para que todos possam
95 acessar. Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente encerrou a reunião.